

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Novo texto da PEC da cessão onerosa será construído, indica Maia	2
Título: Após avançar na Câmara, solução para risco hidrológico emperra no Senado.....	3
Título: ENC Energy eleva aposta em geração a partir do biogás	5
Autor: Ivone Santana — De São Paulo	6
Título: Com supercomputador, francesa Atos amplia produção no Brasil	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Governo quer apoio privado para voltar a explorar urânio	8
Título: Maia e Bolsonaro discutem reformas e partilha do pré-sal	10
Título: Cnen renova licença de mina em Caetité	12
Título: ‘Não podemos ficar esperando dinheiro do governo’	12
VEÍCULO: O Globo	14
Título: Maia articula novo texto para divisão de verba de megaleilão	14
Título: Pré-sal gera menos emprego no mar.....	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Marcelo Ribeiro — De Brasília****Título: Novo texto da PEC da cessão onerosa será construído, indica Maia****Proposta deve contemplar os Estados com 15% do que for arrecadado com o megaleilão do pré-sal e outros 15% para os municípios**

Após participar da convenção nacional do MDB, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indicou ontem que um novo texto da proposta de emenda constitucional (PEC) da cessão onerosa deve ser construído, contemplando os Estados com 15% do que for arrecadado com o megaleilão do pré-sal e outros 15% para os municípios.

Ele descartou que tenha ocorrido um ruído de comunicação sobre o texto, ao ser questionado sobre a proposta do governo de que uma parte desses recursos fosse destinada por emendas parlamentares. A PEC da cessão onerosa foi, segundo Maia, um dos assuntos tratados por ele na reunião com o presidente Jair Bolsonaro na manhã de ontem.

“Não teve ruído. É que todo mundo tava querendo ajudar. Paulo Guedes [ministro da Economia] tentando ajudar, Bolsonaro tentando ajudar. Houve ruído com o senador Cid Gomes [PDT-CE], que foi deselegante, não foi correto. A forma que ele atacou é a mesma forma que os radicais de direita atacam nas redes sociais, desqualificando os outros”, disse Maia.

“Nós transferimos para o presidente do Congresso, [Davi Alcolumbre (DEM-AP)] a articulação desse processo para provar que o senador Cid está errado, está isolado. O grande problema é que Estados do Centro-Oeste, do Sul, e do Sudeste também querem participar dos 15% e nós vamos construir um texto, em conjunto, que vai ser votado muito rápido, e que vai garantir ainda este ano os 15% para municípios e a regra que o presidente Davi, os líderes de Câmara e do Senado e governadores entenderem relevantes para os 15% dos Estados, nós vamos respaldar também.”, afirmou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia — Do Rio e de São Paulo****Título: Após avançar na Câmara, solução para risco hidrológico emperra no Senado**

Ofuscada pela discussão da reforma da Previdência, a solução para a judicialização do risco hidrológico (GSF na sigla em inglês) segue emperrada no Senado, mais de três meses após a aprovação pela Câmara do projeto de lei que trata do tema. O impasse resulta em uma inadimplência de R\$ 7,5 bilhões no mercado de energia e gera insegurança às vésperas do principal leilão do ano no setor, no dia 18.

Após pedido de vistas, o tema voltou a ser pautado para reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, amanhã. Costurada durante três anos, a solução para o GSF era ponto pacífico entre governo e oposição. Mas o setor se surpreendeu no mês passado quando a discussão na CAE foi adiada, por questionamentos.

As dúvidas foram levantadas pelo senador Marcos Rogério (DEM-RO), vice-líder do governo. “Minha dúvida é qual é o impacto para o consumidor. Não podemos deixar a proposta afetar a modicidade tarifária”, explicou o parlamentar.

Tema extremamente técnico e que dominou a pauta do setor elétrico nos últimos cinco anos, o GSF é a sigla para a relação entre o volume de energia previsto para ser produzido pelas hidrelétricas e o de fato fornecido por elas - que hoje está deficitária. Parte do déficit, no entanto, foi causada por fatores alheios à operação das usinas, como o crescimento da participação de fontes renováveis intermitentes (eólica e solar) e atrasos nos grandes projetos de transmissão de energia.

A energia vendida e não gerada pelas hidrelétricas virou uma exposição no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O valor hoje é de R\$ 7,5 bilhões. Devido ao entendimento de que esse risco não deveria ser do gerador, as usinas conseguiram liminares na Justiça para não pagar por essa exposição.

A proposta costurada por governo, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), CCEE e geradores prevê que as geradoras abram mão das liminares e paguem esses valores. Em contrapartida, o contrato de suas usinas será prorrogado proporcionalmente ao valor pago.

O senador questiona se, em vez de conceder a extensão da concessão para as usinas, o governo não deveria manter o prazo atual de vencimento dos contratos e relicita-las, utilizando os bônus dos leilões para reduzir as tarifas.

O presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), Mário Menel, porém, diz que a relicitação poderia resultar em bônus para o Tesouro, em vez de aliviar a tarifa.

E a extensão das concessões das usinas será, em média, de apenas dois anos e meio, diz o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Guilherme Velho.

O presidente do conselho de administração da CCEE, Rui Altieri, acrescenta que a solução que está no Congresso gera segurança ao investidor e não afeta o consumidor. “[O GSF] é a principal questão do setor. Se for aprovado, vai gerar uma série de investimentos que hoje não estão sendo feitos. E ela não afeta o consumidor, nem do mercado livre nem do regulado”.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, reforça que o PL foi uma solução de consenso. “[O GSF] é um problema que há muito tempo introduz uma dramática insegurança no setor”.

Na mesma linha, o presidente da AES Tietê, Ítalo Freitas, lembra que o assunto já foi discutido em todas as instâncias. “Apareceram algumas dúvidas sobre o projeto de lei no Senado. Acho que são dúvidas técnicas, até mesmo para que uma votação tenha mais consistência”, afirmou. “Espero que o Senado entenda a urgência da resolução desse problema. O setor precisa superar isso para focar no crescimento e na modernização.”

O diretor-presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, destaca que a indefinição do assunto abre a possibilidade de outra onda de judicialização no setor. “Isso cria uma insegurança jurídica em algo que já era pacífico”.

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, e a superintendente de Regulação da Light, Angela Gomes ressaltaram a importância da aprovação do texto para a atração de investimentos para o setor no país.

O presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Charles Lenzi, entende que a proposta traz estabilidade para o setor e normaliza o funcionamento do mercado.

Para uma fonte, o impasse se deve a disputa por cargos. Parlamentares estariam pleiteando, como moeda de troca, cargos em estatais e ministérios.

Rogério negou que a discussão tenha a ver com negociação de cargos. “Trata-se de análise de impacto. São pontos que temos que avaliar antes de votar”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia — De São Paulo

Título: ENC Energy eleva aposta em geração a partir do biogás

Companhia inaugurou oito usinas de geração distribuída, que somam 9 megawatts (MW) de potência

A ENC Energy, empresa especializada na geração de energia a partir do biogás de aterros sanitários, conclui neste mês a inauguração de oito usinas de geração distribuída, que somam 9 megawatts (MW) de potência. A aposta em novos empreendimentos é grande: a companhia pretende construir mais 30 MW em projetos semelhantes até o fim do próximo ano.

“Temos um portfólio em torno de 100 MW que estamos conversando e estruturando. Desses, temos cerca de 30 MW em negociações avançadas”, disse Roberto Nakagome, presidente da companhia no país. O plano de expansão recebeu o aval do conselho de administração na quarta-feira da semana passada.

A companhia já entregou neste ano uma usina em Rosário (MA), duas em Ipatinga (MG) e uma em Campos dos Goytacazes (RJ). Neste mês, serão entregues outras quatro usinas no aterro de Igarassu (PE). Todos os empreendimentos estão enquadrados como geração distribuída, e envolveram cerca de R\$ 50 milhões em investimentos.

A ENC Energy foi fundada em 2000 em Portugal e teve seu braço brasileiro criado em 2012. Os investimentos no país ganharam força no último ano, quando a GEF Capital aportou recursos na companhia, ao mesmo tempo em que o mercado para geração distribuída começou a crescer, viabilizando seu modelo de negócios. Além dos projetos em construção, a ENC tem no Brasil uma usina de 4,3 MW, em Juiz de Fora (MG), cuja energia está sendo destinada ao mercado livre, e faz a operação de usinas de terceiros, que neste caso somam 18,5 MW.

No Brasil, a companhia portuguesa tem 50% de participação. O restante está nas mãos da GEF Capital, gestora de private equity que faz investimentos com impacto sustentável. Em março do ano passado, a gestora aportou US\$ 10 milhões no braço brasileiro do negócio, recursos que foram usados nas usinas hoje em construção ou recentemente finalizadas.

O modelo de negócios envolve a instalação de usinas que transformam em energia elétrica o biogás gerado nos aterros sanitários. Nas usinas enquadradas em geração distribuída, essa energia é injetada na rede e transformada em desconto na conta de luz de consumidores clientes da ENC Energy. O funcionamento dos projetos é semelhante aos de geração de energia solar, com o diferencial da geração ser estável, e não intermitente. Segundo Alexandre Alvim, sócio da GEF, isso faz com que o fator de capacidade das usinas seja próximo de 90%.

Além dos aterros sanitários, a ENC Energy enxerga a possibilidade de instalação dos geradores de energia em outras instalações, como redes de tratamento de esgoto, por exemplo. Resíduos industriais e agropecuários também são potenciais geradores de energia com a implementação da tecnologia da companhia.

Os executivos da ENC reclamam, contudo, da falta de isonomia entre as fontes. A energia solar conta com incentivos e subsídios que a tornam mais competitiva, disse Jorge Matos, presidente da ENC Energy em Portugal. “Há Estados que não isentam impostos para geração distribuída a biogás, só solar”, disse o executivo.

Além disso, as máquinas são todas importadas da Áustria e da Alemanha, uma vez que a tecnologia usada pela companhia não é fabricada no Brasil, o que encarece o custo dos projetos. Segundo Matos, muitos Estados oferecem incentivos para importação de equipamentos de energia solar, mas não dão as mesmas condições nesse caso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivone Santana — De São Paulo

Título: Com supercomputador, francesa Atos amplia produção no Brasil

Empresa de tecnologia com receita global de € 12,25 bilhões, mas tímida na América do Sul, a francesa Atos começa a sair da sombra na região, com uma nova estratégia. Em março vendeu um supercomputador para a Petrobras, o Fênix, o mais poderoso da América Latina e cuja maior parte do processo de montagem foi feita no Brasil. Agora, prepara-se para, a partir de 2020, produzir, com um parceiro local, sistemas de computação com alta capacidade de processamento que podem ser usados em chão de fábrica e a bordo de automóveis, por exemplo. Conhecidos como “edge computing”, ou computadores de borda, essas máquinas, hoje importadas, são voltadas a

aplicações de inteligência artificial. A demanda para 2020 é prevista de 100 a 200 unidades.

A montagem de computador de alto desempenho, ou supercomputador, começou no Brasil há pouco mais de um ano. O Fênix, vendido à Petrobras por dezenas de milhões de reais, com tecnologia da Bull, fabricante francesa comprada pela Atos em 2014, teve cerca de 80% de sua montagem feita no país. Possui 55.296 gigabytes de memória e 48.384 núcleos de processamento. A Atos contrata fabricação e importação de peças, como servidores, armazenamento, componentes de interconexão e software. Mas a inteligência que compreende o desenho da arquitetura e a integração dos componentes para que isso se torne um supercomputador está no Brasil, explica Luis Casuscelli, diretor de “big data” e segurança da Atos na América Latina.

O projeto do Fênix resultou na criação do mais poderoso supercomputador da região latino-americana para processamento geofísico. Não é à toa que seu nome foi inspirado no pássaro da mitologia grega que renascia das cinzas e possuía grande força para transportar cargas pesadas em pleno voo. Em junho, foi listado na 142ª posição do Top500, site que lista os maiores supercomputadores do mundo.

Instalado no Rio de Janeiro, o Fênix é um dos quatro supercomputadores da Petrobras para processamento geofísico, que aplica algoritmos matemáticos de alta complexidade para gerar imagens do subsolo das bacias sedimentares. Esses equipamentos são essenciais para o processo de exploração e produção de petróleo, desde a aquisição de novas áreas exploratórias até o desenvolvimento e produção de campos de petróleo, informa a Atos. A expectativa da Petrobras é que sua capacidade de processamento em 2020 seja 15 vezes maior do que em 2018.

O aumento de capacidade permite a obtenção de imagens com maior definição e resolução. Isso, segundo a Atos, contribui para reduzir riscos geológicos e operacionais, aumentando a rentabilidade dos projetos de exploração e produção da Petrobras.

A subsidiária francesa desenvolveu ainda outro dos maiores supercomputadores da América Latina, o Santos Dumont. O equipamento está instalado no Laboratório Nacional de Computação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no Rio de Janeiro. Em 2015, o Santos Dumont também figurou em posição semelhante à do Fênix no ranking Top500.

A transformação do negócio da Atos começou em março deste ano, quando o então diretor-presidente da empresa na América do Sul, Yves Guillaumot, se

aposentou, depois de quatro anos no cargo, e deixou em seu lugar Nelson De Lorenzi Campelo. Foi a primeira vez que um brasileiro, e não francês, assumiu o comando da subsidiária. Conhecer bem o país foi considerado importante para mudar o portfólio de tecnologia e serviços da empresa, que concorre em várias áreas com rivais como IBM, Capgemini, HP e Accenture.

Campelo, de 58 anos, é conhecido da área de tecnologia. Gaúcho, começou sua carreira pela IBM, passou pela Nokia e Avaya. Depois, decidiu investir em novos negócios, tornando-se sócio e diretor-presidente da Ustore, uma startup especializada em armazenamento de grandes volumes de dados, com sede no Porto Digital de Recife (PE). O negócio envolvia a Atos como um dos integradores de sistemas. Alinhado com sua estratégia de gestão, Guillaumot o indicou para sucedê-lo.

Os resultados do trabalho de Campelo combinados com o de seu antecessor já apareceram no último relatório financeiro do grupo. No segundo trimestre de 2019, a receita cresceu 1,1% no Brasil e 40,6% na América do Sul. No semestre, o avanço foi de 0,8% e 15%, respectivamente. “Espero manter o crescimento de 15% [na região] ao longo do ano”, diz Campelo. Com suas operações divididas em nove regiões geográficas, a Atos não revela o valor da receita por país.

O grupo francês é um dos maiores integradores globais das tecnologias do Google para serviços em nuvem e inteligência artificial. Campelo diz que está fazendo uma aproximação com o gigante de internet para trazer esses serviços para a América do Sul. “A maioria dos clientes [da Atos] na América do Sul é global, mas com projetos locais. Queremos clientes locais para serem globais.” Ele lembra ainda que a Atos integra todas as empresas de tecnologia dos Jogos Olímpicos há mais de 20 anos.

Atualmente, a companhia tem uma aliança com a Accept, do grupo Positivo, para montar servidores para seus clientes. A montagem é feita em Ilhéus (BA).

A Atos tem um centro de desenvolvimento de software em Londrina (PR) com 500 dos 1,7 mil funcionários que mantém no Brasil. Em Buenos Aires, tem outra unidade, com 900 pessoas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/10/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Governo quer apoio privado para voltar a explorar urânio

Governo decide retomar mineração de urânio e ampliar programa nuclear

Solo. Diante das restrições de Orçamento, ideia é firmar parcerias com iniciativa privada para explorar o mineral em áreas nas quais ele não é majoritário, para não alterar a Constituição; com apenas um terço do território prospectado, País tem 7ª maior reserva global

Após cinco anos, o governo pretende retomar a mineração de urânio em território nacional como estratégia para ampliar o programa nuclear brasileiro. **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse ao ‘Estado’ que esse não é apenas um desejo do governo, mas uma decisão política que será adotada. A expectativa é iniciar os trabalhos na mina do Engenho, em Caetité, na Bahia, até o fim deste ano. A exploração será feita unicamente pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), mas a ideia do governo, diante das restrições do Orçamento para realizar investimentos, é firmar parcerias com a iniciativa privada para explorar o potencial de urânio em território nacional.

Com apenas um terço do território prospectado, o Brasil tem hoje a sétima maior reserva geológica de urânio do mundo – atrás de Austrália, Casaquistão, Canadá, Rússia, África do Sul e Nigéria. O urânio é matéria-prima para o combustível utilizado em usinas nucleares, e sua exploração é monopólio constitucional da União. Hoje, apenas a estatal INB pode atuar na área. Mas o governo avalia que é possível firmar parcerias em casos específicos, particularmente quando a presença de urânio é minoritária em uma reserva. É o caso da mina de Santa Quitéria, no Ceará, em que há 90% de fosfato e 10% de urânio.

Por isso, a INB formou o consórcio com o Grupo Galvani, que deve começar a operar até o início de 2024, de acordo com o presidente da INB, Carlos Freire. Para o ministro, esse será o primeiro passo para a formação de outras parcerias. “Existem algumas alternativas sem necessidade de alteração da Constituição para que essa atividade minerária possa ser feita pela INB e uma outra empresa de capital privado. No que diz respeito ao urânio, a INB seria majoritária. Na exploração, não tem só urânio, pode ter outro mineral e normalmente tem”, afirmou o ministro Albuquerque.

Mudança. Para o ministro, porém, é possível avançar. Ele defende a quebra do monopólio da União na exploração de urânio e até a exploração de usinas nucleares pelo setor privado. Para isso, no entanto, seria preciso aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Congresso – com apoio de três quintos dos deputados e senadores, em dois turnos de votação em cada casa legislativa. “Segurança existe. Operamos usinas nucleares há mais de 40 anos. Não existe problema com o setor privado. Qual a diferença do setor privado e do setor estatal? Nenhuma, desde que se tenha condições de controlar e fiscalizar. Essa discussão é coisa do passado e, se for hoje para o Congresso, não

vai haver esse tipo de resistência. Essa é a minha opinião pessoal, até pelo convívio que tenho com o Congresso e diversos parlamentares”, disse.

Empresas estrangeiras de países como China, Estados Unidos, França, Japão, Coreia do Sul e Rússia já manifestaram interesse em explorar urânio no País, segundo a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier. Segundo Martha, isso ficou claro em rodadas sobre a retomada das obras de Angra 3 – quando o governo encontrou o setor e apresentou estudos e informações preliminares para testar alternativas com o setor privado. “Testamos alguns modelos para ver a reação dos investidores potenciais e tentar montar algo mais atrativo. O que tem aparecido nas conversas é o interesse do investidor de não vir só para Angra 3, mas muito mais voltado numa agenda de continuidade do programa nuclear brasileiro, e um interesse em toda a cadeia produtiva, em não estar só na usina, mas também na exploração do urânio”, disse ela.

Usinas. O Brasil tem hoje duas usinas nucleares em operação – Angra 1 e Angra 2. Angra 3, com 67% das obras concluídas, foi paralisada em 2015, quando investigações da Operação Lava Jato descobriram um esquema de desvio de recursos por parte das empreiteiras. Agora, a usina precisa de R\$ 16 bilhões para ser concluída e, para isso, o governo também estuda uma parceria com o setor privado. “Temos um limitador constitucional em relação à atividade nuclear no Brasil. No caso de Angra 3, não seria um controlador, mas um minoritário.

Para ser atrativo para o minoritário, estamos considerando que ele tenha de fato 49% das ações ou um número relevante”, disse. A ideia, segundo a secretária especial do PPI, é publicar o edital para a escolha de um parceiro privado para Angra 3 no primeiro semestre de 2020 e retomar as obras da usina no segundo semestre do ano que vem. Dessa vez, porém, o governo fará restrições no edital e vai exigir empresas com experiência na área – empreiteiras, por exemplo, serão vetadas. “O governo só tem praticamente feito sondagens de mercado com empresas exploradoras de atividade nuclear. Isso já é uma sinalização de que o edital vai exigir esse nível de experiência para participar da parceria”, disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/10/2019

Seção: Economia

Autor: Renato Onofre / BRASÍLIA

Título: Maia e Bolsonaro discutem reformas e partilha do pré-sal

Encontro estava fora da agenda; entre prioridades estaria a reforma administrativa, que prevê o fim da estabilidade para os servidores

Em encontro fora da agenda, o presidente Jair Bolsonaro recebeu o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ontem, no Palácio da Alvorada. De acordo com Maia, o encontro serviu para tratar das pautas da Câmara, como a discussão sobre a reforma administrativa, que prevê o fim da estabilidade para os servidores públicos, o novo texto para a regra de ouro e a partilha dos recursos do megaleilão do pré-sal. “O que eu pedi ao ministro Paulo Guedes (da Economia) é que ele encaminhe primeiro aquilo que trata das despesas, até porque já tem uma proposta na Câmara e no Senado. Precisamos rapidamente, ainda este ano, controlar as despesas”, afirmou Maia.

Sobre a reforma tributária, o presidente da Câmara informou que não há prazo para o governo encaminhar ao Legislativo a sua versão. Maia disse ainda que o governo deve encaminhar até o dia 17 o novo texto sobre a regra de ouro – mecanismo que proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários e benefícios de aposentadoria. Quando a regra é descumprida, os gestores e o presidente da República podem ser enquadrados em crime de responsabilidade. Megaleilão. O governo defende dividir os R\$ 106,5 bilhões previstos do bônus da assinatura do leilão, marcado para novembro, da seguinte forma: depois do pagamento de R\$ 33,6 bilhões à Petrobrás, Estados, municípios e parlamentares ficariam, cada um, com 10%, o que corresponde a R\$ 7,3 bilhões.

O Rio teria R\$ 2,19 bilhões e, a União, a fatia maior de R\$ 48,9 bilhões. Maia afirmou a Bolsonaro que a proposta da equipe econômica não tem chance de passar no Congresso. Ele disse que a cúpula do Congresso defende melhorar o texto que foi aprovado no Senado, em discussão na Câmara, destinando 15% (R\$ 10,95 bilhões) para Estados e 15% para municípios. “Vamos construir um texto em conjunto que vai ser votado muito rápido e vai garantir, ainda este ano, os 15% do Fundo de Participação dos Municípios e a regra dos Estados, que os líderes do Senado e seu presidente Davi (Alcolumbre), além dos líderes da Câmara, entenderem relevante dos 15%, vamos respaldar também.”

Sem ruídos. Maia negou ruído entre o Legislativo e o governo na questão do valor. “Não houve ruído. É todo mundo tentando ajudar; Paulo Guedes, Bolsonaro tentando ajudar. Houve ruído com o senador Cid Gomes, que foi deselegante e não foi correto. A forma que ele ataca é a mesma forma dos radicais de direita na rede social.” Os presidentes da Câmara e do Senado articulam uma reunião com todos os governadores para tentar acertar a divisão do dinheiro. O objetivo é pôr fim à disputa deflagrada entre Norte e Nordeste, maiores contemplados pela proposta do Senado, e as demais regiões, que dizem terem sido “excluídos”.

O megaleilão foi destravado com a revisão do acordo da chamada cessão onerosa, fechado pela Petrobrás com a União em 2010 e que permitiu à estatal, em troca de R\$ 74,8 bilhões, explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos, sem licitação. O governo estima, porém, que a área pode render de 6 bilhões a 15 bilhões de barris, o que levou a disputa pelos recursos da região.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/10/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Cnen renova licença de mina em Caetité

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), órgão responsável por fiscalizar as atividades que envolvam a exploração do mineral radioativo no País, renovou a licença de operação de uma mina em Caetité, em abril. O pedido tinha sido apresentado pela INB em fevereiro. A renovação da licença tem prazo de 24 meses. A licença autoriza a exploração da Mina do Engenho. Por meio de nota, a Cnen informou que, para que a unidade possa entrar em operação, está passando por uma fase de testes, para verificar “o atendimento a requisitos de segurança das estruturas, sistemas e componentes, cuja falha ou mau funcionamento possa resultar em exposições indevidas à radiação para o pessoal da instalação ou membros da população em geral”.

No Ibama, a INB apresentou um pedido de licença de operação em dezembro de 2017. O órgão ambiental não esclareceu qual é a situação atual desse licenciamento. Atualmente, Caetité é o único lugar do País onde existe mineração de urânio. Entre 2000 e 2015, a INB explorou a mina Cachoeira e, de lá, retirou 3.750 toneladas de concentrado de urânio. Agora, a estatal deve começar a explorar uma nova jazida no local, a mina do Engenho. Em Caetité, a INB realiza, além da mineração, o beneficiamento do minério, que resulta no produto concentrado de urânio ou yellowcake.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/10/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: ‘Não podemos ficar esperando dinheiro do governo’

Entrevista

Carlos Freire, presidente da Indústrias Nucleares do Brasil (INB)

Para Freire, do INB, País tem reservas e conhecimento para produzir urânio, mas precisa buscar parcerias

À frente da presidência da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) desde fevereiro, Carlos Freire diz que sua prioridade é a busca da autossuficiência na produção de urânio no País. “Não é natural que não estejamos produzindo urânio. Temos reservas e temos conhecimento”, disse. A INB hoje importa urânio concentrado e enriquecido e já comprou os produtos de países como Rússia, Canadá e Casaquistão. Também faz parte do plano de Freire que a estatal possa fechar parcerias com empresas privadas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como transformar a INB numa empresa independente do Tesouro Nacional?

Precisamos buscar parcerias. Não podemos ficar esperando dinheiro do governo para ampliar planta, sítios de mineração. Temos feito um trabalho em relação ao marco legal de forma a tentar flexibilizar o monopólio que hoje existe. Estamos fazendo um esforço para propor alterações na parte infralegal, sem precisar mexer no monopólio, para dar maior liberdade à INB para fazer parcerias.

Quais são as empresas interessadas em atuar no País em parceria com a INB?

Participei de um congresso em Londres, reunindo empresas do setor, e conversei com diversas que podem vir a se tornar parceiros na INB. Tivemos os primeiros contatos, com excelente retorno, e temos agendadas até fim do ano reuniões com empresas francesas, canadenses e japonesas. Já temos hoje parcerias no mercado internacional com companhias coreanas e americanas. Vamos sentar com esses parceiros e conversar, ver como podemos desenvolver no mercado brasileiro essa parceria.

Já há parcerias da INB com o setor privado hoje?

A INB já pode estabelecer parcerias, dentro da estrutura legal, em qualquer local em que o elemento principal não seja urânio. O exemplo é Santa Quitéria (CE), uma mina de fosfato com urânio associado – a cada 1.000 partes minerais, 900 são fosfato e 100 são urânio. Retomamos esse projeto e estamos refazendo toda a parte da engenharia do projeto com Fosnor, do Grupo Galvani. Será muito bom, pois o Brasil hoje é importador de fosfato.

O que pode ser feito no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)?

É importante que tenhamos parcerias na prospecção e mineração de urânio. Apenas um terço do território nacional foi prospectado. Existe uma grande diferença em falar de recurso mineral e reserva. Recurso é quando você sabe

que existe minério. Reserva é quando o potencial foi medido, você diz quantos milhões de toneladas de minério existem na área. Reservas têm viabilidade econômico-financeira e atraem investimento.

A mineração de urânio é segura?

A Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e o Ibama acompanham isso. Tem normas para isso, fiscais muito ativos. O urânio natural, encontrado onde a gente trabalha, tem porcentual baixo de radioatividade e não causa problema. Em Caetité, a radiação não é danosa ao ser humano, está dentro de um nível perfeitamente aceitável.

Por que há cinco anos não mineramos urânio?

É fácil dizer que a culpa é dos outros, mas vamos ser pragmáticos. Quando temos uma planta de mineração, precisamos de três coisas: licenciar a mina, o local onde ficará o rejeito e a planta química. Em Caetité, houve um desencontro: às vezes, tínhamos licenciamento da planta química, mas não da mina ou do depósito de rejeitos. Agora, estamos trabalhando nessas três vertentes para pôr todas no mesmo patamar de trabalho. Acredito fortemente que vamos voltar a produzir urânio até o fim do ano.

O sr. apoia o fim do monopólio constitucional da União sobre o urânio?

Vamos fazer as coisas com a devida cautela. Para mexer no marco legal, precisa de Proposta de Emenda Constitucional (PEC), e isso passa pelo Congresso. Essa opção de flexibilizar é para agilizar o processo em um primeiro momento. Mas a nossa percepção é que essa matéria, em termos de Congresso, não teria toda a dificuldade que se imagina.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/10/2019

Seção: O País

Autor: NAIRA TRINDADE

Título: Maia articula novo texto para divisão de verba de megaleilão

Após encontro com Bolsonaro, promessa é mostrar 'unidade' com Senado

Após um encontro fora da agenda oficial com o presidente Jair Bolsonaro, na manhã de ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que está costurando um novo texto sobre a divisão dos recursos do leilão da cessão onerosa da Petrobras. O objetivo é aumentar a fatia a ser repassada aos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Deputados e senadores divergem sobre a divisão dos recursos do megaleilão de petróleo localizado numa área cedida à estatal, cujo excedente será dividido entre União, estados e municípios.

— (A reunião) foi sobre a pauta, os projetos e a preocupação dele para que se organize a questão da cessão onerosa. Disse que o presidente Davi (Alcolumbre, do Senado) está tocando isso e que ia dialogar com senadores e nossos líderes para mostrar que há unidade nas duas Casas — afirmou.

Os senadores aprovaram a partilha de 67% para a União, 15% para estados e 15% para municípios. A divisão levaria em conta os critérios dos fundos de participação de estados e municípios.

O principal motivo de insatisfação dos deputados foi o entendimento de que a divisão privilegia estados das regiões Norte e Nordeste.

Na semana passada, em meio à disputa, o senador Cid Gomes (PDT-CE) chamou de “achacador” o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), e disse que o Senado não podia ficar refém de decisões da Câmara sobre a destinação do dinheiro.

Maia chamou o episódio de “ruído” e classificou a postura de Gomes como deselegante.

— O grande problema é que os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste também querem participar dos 15% e vamos construir um texto que possibilite isso — afirmou.

No café da manhã, Bolsonaro e Maia também discutiram o envio, nos próximos dias, da reforma administrativa — que prevê o fim da estabilidade para servidores públicos — e outro texto para a regra de ouro, que, segundo Maia, terá “gatilhos para controlar as despesas obrigatórias do governo”.

A regra de ouro, prevista na Constituição, determina que o governo não pode aumentar sua dívida para pagar despesas correntes, como folha de salários e serviços como luz e telefone de órgãos públicos.

Maia afirmou que o governo deve enviar em até dez dias a nova proposta de emenda à Constituição sobre a regra de ouro, que deve ser fatiada para tramitar paralelamente na Câmara e no Senado:

— Uma parte vai para o Senado para que a gente possa acelerar. O Senado está terminando a Previdência. Nós estamos tratando a tributária junto com o Senado para sair um texto único desse trabalho.

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/10/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Pré-sal gera menos emprego no mar**

A produção dos poços do pré-sal vai gerar naturalmente renda e emprego farto na economia. Mas a atividade em alto mar não requer muito emprego, ou mesmo equipamentos e serviços, se comparada a outros poços na plataforma submarina. A conta é simples. Um poço no pré-sal produz, em média, mais de 20 mil barris. Para obter esta mesma quantidade de óleo na Bacia de Campos — onde um poço produz, em média, menos de 2 mil — requer, claro, uma infraestrutura bem maior.

“É por essa razão que é importante aumentar a atividade na velha Bacia de Campos, onde a demanda por gente e equipamentos é muito grande”, diz o diretor geral da ANP, Décio Oddone.

MME / ASCOM .